

**MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**

## Governo Civil do Distrito de Beja

**Listagem n.º 369/2008**

Listagem de subsídios atribuídos pelo Governo Civil de Beja no 1.º semestre de 2008, conforme estabelecido no n.º 3 da Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto.

**Maio de 2008**

Data do despacho	Beneficiário	Montante (euros)
2008.05.05	Baal 17 — Companhia de Teatro.....	1 000

24 de Setembro de 2008. — O Governador Civil, *Manuel Soares Monge*.

## Governo Civil do Distrito de Faro

**Despacho n.º 24638/2008**

Mapa de Subsídios atribuídos pelo Governo Civil do Distrito de Faro, no 1º Semestre 2008, a que se refere o artº 2º da Lei nº 26/94, de 19 Agosto, e ofício nº 491 de 12 de Fevereiro de 1996 do Ministério da Administração Interna, de acordo com o estipulado no art.º 123 da Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro e conjugado com Despacho N.º 10089/2008 de 13 de Março de 2008 de S. Exa o Ministro de Estado da Administração Interna:

Serviço onde foi processado o subsídio	Data da decisão	Beneficiário	Montante (em euros)
Governo Civil do Distrito de Faro	20-03-2008	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de S. Brás de Alportel	14 400

15 de Setembro de 2008. — A Governadora Civil, *Isilda Vargas Gomes*.

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

## Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

**Despacho (extracto) n.º 24639/2008**

Por despacho do Vice-Presidente do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., em substituição, de 2 de Setembro de 2008, foi autorizada licença sem vencimento, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, a Sandra Maria Mesquita Barreto, escriturária do quadro de pessoal da Conservatória do Registo Civil de Esposende, a qual teve início em 16 de Setembro de 2008.

24 de Setembro de 2008. — A Vice-Presidente, *Carolina Ferra*.

**Despacho (extracto) n.º 24640/2008**

Por despacho do Vice-Presidente do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., em substituição, de 21 de Agosto de 2008, foi autorizada licença sem vencimento, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, a Paula Cristina Taveira Medeiros, escriturário do quadro de pessoal da Conservatória do Registo Predial de Silves, a qual teve início em 1 de Setembro de 2008.

24 de Setembro de 2008. — A Vice-Presidente, *Carolina Ferra*.

**Despacho (extracto) n.º 24641/2008**

Por despacho do Vice-Presidente do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., em substituição, de 29 de Agosto de 2008, foi autorizada licença sem vencimento, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, a Paula Cristina Taveira Pereira, escriturária do quadro de pessoal da Conservatória do Registo Civil de Serpa, a qual teve início em 17 de Setembro de 2008.

24 de Setembro de 2008. — A Vice-Presidente, *Carolina Ferra*.

**Despacho (extracto) n.º 24642/2008**

Por despacho de 16.09.2008 do Presidente do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.:

Licenciada Sónia Alexandra Pereira Rodrigues da Conceição, anteriormente nomeada, em comissão de serviço extraordinária, como

auditora dos Registos e do Notariado — autorizada a cessação da referida nomeação e o regresso ao lugar no quadro de origem, como técnica superior de 2.ª classe do quadro deste Instituto, com efeitos a contar da publicação do presente extracto.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas)

25 de Setembro de 2008. — A Vice-Presidente, *Carolina Ferra*.

**MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

## Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

**Despacho n.º 24643/2008**

Por despacho de 8 de Julho de 2008, da Senhora Vice Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Dr.ª Teresa Pratas Jorge, em regime de substituição do Senhor Presidente nas suas faltas e impedimentos, uma vez obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, foi autorizada a nomeação definitiva, do Sr. Arqt.º José Luís Palma Viseu Laia Rodrigues, na categoria de Assessor Principal da carreira Técnica Superior, Escalão 1, índice 710, para o quadro de pessoal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, nos termos do disposto nos artigos 29.º e 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, produzindo a nova categoria efeitos a 17 de Abril de 2005 e efeitos remuneratórios à data da cessação da comissão de serviço.

24 de Setembro de 2008. — A Vice-Presidente, *Teresa Pratas Jorge*.

**Despacho n.º 24644/2008**

Por despacho de 8 de Julho de 2008, da Senhora Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Dr.ª Teresa Pratas Jorge, em regime de substituição do Senhor Presidente nas suas faltas e impedimentos, uma vez obtido o parecer favorável da

Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, foi autorizada a nomeação definitiva, do Sr. Dr. José Manuel Henriques Pinheiro, na categoria de Assessor Principal da carreira Técnica Superior, Escalão 1, índice 710, para o quadro de pessoal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, nos termos do disposto nos artigos 29.º e 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, produzindo a mesma efeitos a 14 de Abril de 2005.

24 de Setembro de 2008. — A Vice-Presidente, *Teresa Pratas Jorge*.

#### Despacho n.º 24645/2008

Por despacho de 8 de Julho de 2008, da Senhora Vice Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Dr.ª Teresa Pratas Jorge, em regime de substituição do Senhor Presidente nas suas faltas e impedimentos, uma vez obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, foi autorizada a nomeação definitiva, da Sr.ª Dr.ª Edite Maria Fernandes Moraes Osório Mora, na categoria de Técnica Superior Principal da carreira Técnica Superior, Escalão 1, índice 510, para o quadro de pessoal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, nos termos do disposto nos artigos 29.º e 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, produzindo a mesma efeitos a 1 de Setembro de 2007.

24 de Setembro de 2008. — A Vice-Presidente, *Teresa Pratas Jorge*.

#### Despacho n.º 24646/2008

Por despacho de 8 de Julho de 2008, da Senhora Vice Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Dr.ª Teresa Pratas Jorge, em regime de substituição do Senhor Presidente nas suas faltas e impedimentos, uma vez obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, foi autorizada a nomeação definitiva, da Sr.ª Eng.ª Rufina Lucília Marques Vilão, na categoria de Assessora Principal da carreira Técnica Superior, Escalão 1, índice 710, para o quadro de pessoal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, nos termos do disposto nos artigos 29.º e 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, produzindo a nova categoria efeitos a 6 de Janeiro de 2007 e efeitos remuneratórios à data da cessação da comissão de serviço.

24 de Setembro de 2008. — A Vice-Presidente, *Teresa Pratas Jorge*.

### Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

#### Despacho (extracto) n.º 24647/2008

1-Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 35.º a 39.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, delego e subdelego as seguintes competências:

1.1 — Na Directora dos Serviços de Fiscalização, licenciada Maria José Falcão

1.1 — 1 — Assinar a correspondência corrente necessária à instrução e tramitação de todos os processos que correm pela respectiva unidade orgânica;

1.1 — 2 — Autorizar deslocações em serviço em território nacional do pessoal da unidade orgânica que dirige, qualquer que seja o meio de transporte;

1.2 — No Director de Serviços de Ordenamento do Território, licenciado Carlos Alberto Pina Nunes:

1.2 — 1 — Assinar a correspondência corrente necessária à instrução e tramitação de todos os processos que correm pela respectiva unidade orgânica;

1.2 — 2 — Autorizar deslocações em serviço em território nacional do pessoal da unidade orgânica que dirige, qualquer que seja o meio de transporte;

1.2 — 3 — Decidir sobre pedidos de parecer prévio relativos à localização de estabelecimentos industriais, unidades comerciais, unidades de gestão de resíduos, unidades de regeneração de óleos usados, exploração de massas minerais, recintos com diversões aquáticas e instalações desportivas;

1.2 — 4 — Decidir sobre pedidos de parecer, de comunicação prévia e de autorização, relativos a intervenções em áreas de REN;

1.2 — 5 — Decidir sobre pedidos de parecer relativos ao estabelecimento de Zonas de Protecção e às obras de edifícios situados nas Zonas de Protecção de Imóveis Classificados;

1.2 — 6 — Decidir sobre pedidos de parecer no âmbito da gestão de zonas de defesa e controlo urbanos e de áreas sujeitas a medidas preventivas;

1.2 — 7 — Decidir sobre pedidos de parecer relativos a pedidos de desafectação do regime florestal e a projectos de emparcelamento rural;

1.3 — Na Directora de Serviços do Ambiente, licenciada Maria Isabel Neto Gomes Rosmaninho

1.3 — 1 — Assinar a correspondência corrente necessária à instrução e tramitação de todos os processos que correm pela respectiva unidade orgânica;

1.3 — 2 — Autorizar deslocações em serviço em território nacional do pessoal da unidade orgânica que dirige, qualquer que seja o meio de transporte;

1.3 — 3 — Nomear os representantes da CCDR nas Comissões de Avaliação de Impacte Ambiental.

1.3 — 4 — Decidir sobre os pedidos de declaração, parecer e autorização no âmbito do licenciamento da actividade industrial, da armazenagem de sucatas e de produtos químicos, de exploração de massas minerais e das operações de gestão de resíduos.

1.3 — 5 — Assinar editais de consulta pública, no âmbito de avaliação de impacte ambiental e de licença ambiental.

2 — As competências delegadas nos pontos 1.2.3, 1.2.4, 1.2.5, 1.2.6 e 1.2.7 podem ser subdelegadas pelo Director de Serviços.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

17 de Setembro de 2008. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira*.

### Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

#### Despacho (extracto) n.º 24648/2008

Por meu despacho de 15 de Setembro de 2008, proferido por delegação de competências, conforme despacho n.º 12 163/2007, publicado no *Diário da República* n.º 116, 2.ª série, de 19 de Junho de 2007, foi a licenciada Ana Maria da Luz Ferreira, assistente administrativa principal, nomeada, em comissão de serviço extraordinária, como estagiária da carreira técnica superior (escalão 1 / índice 321), do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, em virtude de ter sido objecto de reclassificação profissional, por reunir os requisitos cumulativos previstos pelo artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro e após ter obtido Parecer Favorável da Secretaria-Geral do MAOTDR.

Nos termos previstos pelo n.º 2, do artigo 128.º, do Código do Procedimento Administrativo os efeitos da nomeação reportam-se à data do despacho de nomeação.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Setembro de 2008. — O Vice-Presidente, *António Manuel Viana Afonso*.

#### Despacho (extracto) n.º 24649/2008

Por meu despacho de 19 de Setembro de 2008, proferido por delegação de competências, conforme despacho n.º 12 163/2007, publicado no *Diário da República* n.º 116, 2.ª série, de 19 de Junho de 2007, foi o licenciado Agostinho Manuel Alves Tomás, vigilante da natureza de 2.ª classe, nomeado, em comissão de serviço extraordinária, como estagiário da carreira técnica superior (escalão 1 / índice 321), do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais do Alentejo, em virtude de ter sido objecto de reclassificação profissional, por reunir os requisitos cumulativos previstos pelo artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro e após ter obtido Parecer Favorável da Secretaria-Geral do MAOTDR.

Nos termos previstos pelo n.º 2, do artigo 128.º, do Código do Procedimento Administrativo os efeitos da nomeação reportam-se à data do despacho de nomeação.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Setembro de 2008. — O Vice-Presidente, *António Manuel Viana Afonso*.